



*Beira*  
*[Handwritten signatures]*

# Demonstrações Financeiras 2019

(31 de Dezembro de 2019)

*Adelino*  
*[Handwritten signatures]*

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo .....	7
1. Identificação da Entidade .....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	8
3.1. Bases de Apresentação .....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	9
4. Ativos Fixos Tangíveis .....	10
5. Inventários .....	12
6. Rendimentos e Gastos .....	12
6.1. Rendimentos.....	12
6.2. Gastos .....	13
7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	14
8. Instrumentos Financeiros .....	14
9. Benefícios dos empregados.....	16
10. Acontecimentos após data de Balanço .....	17
11. Outras Informações .....	18
11.1. Investimentos Financeiros .....	18
11.2. Diferimentos .....	18
11.3. Fundos Patrimoniais .....	19
11.4. Estado e Outros Entes Públicos .....	19
11.5. Resultados Financeiros .....	19
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	20

## Balanço

### Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	889 882,63	980 632,85
Bens do património histórico e cultural	4	55 084,12	55 084,12
Investimentos financeiros	11.1	2 408,05	1 612,44
Subtotal		947 374,80	1 037 329,41
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	5	838,41	575,23
Créditos a receber	8	14 963,02	5 541,99
Estado e outros Entes Públicos	11.4	2 868,80	3 075,34
Diferimentos	11.2	6 222,66	2 900,26
Outros ativos correntes	8	191 981,01	3 111,39
Caixa e depósitos bancários	8	615 235,53	545 852,65
Subtotal		832 109,43	561 056,86
<b>Total do Ativo</b>		<b>1 779 484,23</b>	<b>1 598 386,27</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	11.3		
Fundos	11.3	852 308,89	852 308,89
Resultados transitados	11.3	556 456,75	544 836,64
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7, 11.3	262 253,79	106 681,85
Resultado líquido do período		25 867,73	11 620,11
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 696 887,16</b>	<b>1 515 447,49</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	8	9 818,98	14 658,81
Estado e outros entes públicos	11.4	9 227,42	9 633,33
Outros passivos correntes	8	63 550,67	58 646,64
Subtotal		82 597,07	82 938,78
<b>Total do passivo</b>		<b>82 597,07</b>	<b>82 938,78</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 779 484,23</b>	<b>1 598 386,27</b>

Monsanto, 9 de Junho 2020  
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

*Regal fazem de Almeida foi*

*A. Deets*

*[Handwritten signature]*

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

### Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	6.1	431 884,02	429 723,06
Subsídios, doações e legados à exploração	7	287 633,22	272 983,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(108 093,19)	(106 841,78)
Fornecimentos e serviços externos	6.1	(132 150,86)	(150 055,22)
Gastos com o pessoal	9	(380 786,41)	(362 794,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-	(806,74)
Outros rendimentos	6.1	35 864,26	38 688,19
Outros gastos	6.2	(776,99)	(899,10)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>133 574,05</b>	<b>119 997,19</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(108 296,99)	(108 969,55)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>25 277,06</b>	<b>11 027,64</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11.5	590,67	592,47
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>25 867,73</b>	<b>11 620,11</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>25 867,73</b>	<b>11 620,11</b>

Monsanto, 9 de Junho 2020  
O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Miguel Jacopo de Almeida*

MESA ADMINISTRATIVA

*Adriano*

*[Handwritten signatures]*

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	852 308,89	506 416,42	127 614,15	38 420,22	1 524 759,68		1 524 759,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do Resultado Líquido de 2017	2	-	38 420,22	-	(38 420,22)	-		-
		-	38 420,22	-	(38 420,22)	-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				11 620,11	11 620,11		11 620,11
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3				(26 800,11)	(26 800,11)		(26 800,11)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações	7			(20 932,30)	(20 932,30)			(20 932,30)
	5			(20 932,30)	-	(20 932,30)		(20 932,30)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	11.3	852 308,89	544 836,64	106 681,85	11 620,11	1 515 447,49		1 515 447,49

Monsanto, 9 de Junho 2020  
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	11.3	852 308,89	544 836,64	106 681,85	11 620,11	1 515 447,49		1 515 447,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do Resultado Líquido de 2018	11.3	-	11 620,11	-	(11 620,11)	-		-
	2	-	11 620,11	-	(11 620,11)	-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				25 867,73	25 867,73		25 867,73
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3				14 247,62	14 247,62		14 247,62
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações	7			155 571,94	-	155 571,94		155 571,94
	5			155 571,94	-	155 571,94		155 571,94
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	11.3	852 308,89	556 456,75	262 253,79	25 867,73	1 696 887,16		1 696 887,16

Monsanto, 9 de Junho 2020  
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

*Miguel Jacinto de Almeida Jesus*

*A. Pereira*

*[Handwritten signatures]*

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		434 642,26	465 575,43
Pagamentos/Recebimentos de subsídios	7	287 094,80	272 983,43
Pagamento a fornecedores		(266 072,50)	(274 837,85)
Pagamentos ao pessoal		(374 197,36)	(354 977,81)
Caixa gerada pelas operações		81 467,20	108 743,20
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		6 815,67	8 110,45
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		88 282,87	116 853,65
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	(18 788,76)	(39 865,24)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.1	(795,61)	(597,66)
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4		
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.1	-	596,12
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento	7		
Juros e rendimentos similares	11.5	684,38	644,22
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(18 899,99)	(39 222,56)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		69 382,88	77 631,09
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		545 852,65	468 221,56
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		615 235,53	545 852,65

Monsanto, 9 de Junho 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

*Miguel Joaquim de Almeida*

*Beato*

*[Handwritten signatures]*

*Alcides*  
*[Handwritten signature]*

## Anexo

### Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.

#### 1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, com o NIF 501290524 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede e instalações sociais em Avenida Heróis do Ultramar, s/n, na localidade de Relva, da vila de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, fundada no início do século XVI, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s:

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 88101 Atividades apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
- 56290 Outras atividades de serviço de refeições

#### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicado pelo Aviso n.º 8259/2015, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

Segundo as informações disponíveis, pressupõe-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo terá sido 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Desta forma, as Demonstrações Financeiras dos anos anteriores foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura (já o SNC-ESNL) pelo que se verifica boa comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2019 e 2018.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 12.4 e 12.10) e "Diferimentos" (Nota 12.5).

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes ou utilizadores desta informação.

##### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

##### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

##### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta a natureza da

reclassificação; a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e a razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

#### **3.2.2. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.3. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta desse Imposto (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **3.2.4. Subsídios ao Investimento**

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" em contrapartida da rubrica de "Outras Contas a Receber", na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outras contas a Receber" (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outras contas a Pagar".

### **3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram efeitos consideráveis resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 4. Ativos Fixos Tangíveis

##### 4.1.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais". Estes bens não são depreciables, de acordo com o disposto na respetiva norma contabilística. No período de 2019, (à semelhança do que já tinha ocorrido em 2018) verificou-se que não existiam quaisquer variações de valores nesta rubrica, tal como demonstra o mapa seguinte:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
<b>Custo</b>						
Bens imóveis	55 084,12					55 084,12
Arquivos	-					-
Bibliotecas	-					-
Museus	-					-
Bens móveis	-					-
Esculturas	-					-
<b>Total</b>	<b>55 084,12</b>	-	-	-	-	<b>55 084,12</b>

De referir ainda que a manutenção dos valores destes ativos se deve à sua natureza, pois não são sujeitos a depreciações, não tendo igualmente ocorrido qualquer perda por imparidade.

##### 4.1.2. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador ou pelo Valor Patrimonial Tributário conhecido na data da transação.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem, na sua maioria aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo (de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 12.14) ou "Outros gastos e perdas" (Nota 12.15).

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se de acordo com os seguintes quadros:

Custo	Ativos Fixos Tangíveis em 2018					
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Terrenos e recursos naturais	10 225,35	-	-	-	-	10 225,35
Edifícios e outras construções	1 534 675,48	1 828,60	-	39 024,04	-	1 575 528,12
Equipamento básico	478 743,56	6 597,26	-	-	-	485 340,82
Equipamento de transporte	66 638,70	-	-	-	-	66 638,70
Equipamento administrativo	19 528,31	1 338,00	-	-	-	20 866,31
Equipamento biológico	445,01	-	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	139 916,22	4 893,21	-	-	-	144 809,43
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	21 263,12	25 208,17	-	(39 024,04)	-	7 447,25
<b>Total</b>	<b>2 271 435,75</b>	<b>39 865,24</b>	-	-	-	<b>2 311 300,99</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	612 443,17	76 722,15	-	-	-	689 165,32
Equipamento básico	420 695,86	18 077,50	-	-	-	438 773,36
Equipamento de transporte	52 115,20	7 261,75	-	-	-	59 376,95
Equipamento administrativo	19 204,54	514,84	-	-	-	19 719,38
Equipamento biológico	388,90	56,11	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	116 850,92	6 337,20	-	-	-	123 188,12
<b>Total</b>	<b>1 221 698,59</b>	<b>108 969,55</b>	-	-	-	<b>1 330 668,14</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"</b>	<b>1 049 737,16</b>	<b>(69 104,31)</b>	-	-	-	<b>980 632,85</b>

Custo	Ativos Fixos Tangíveis em 2019					
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Terrenos e recursos naturais	10 225,35	-	-	-	-	10 225,35
Edifícios e outras construções	1 575 528,12	3 846,75	-	-	-	1 579 374,87
Equipamento básico	485 340,82	11 320,47	-	-	-	496 661,29
Equipamento de transporte	66 638,70	-	-	-	-	66 638,70
Equipamento administrativo	20 866,31	-	-	-	-	20 866,31
Equipamento biológico	445,01	-	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	144 809,43	2 379,55	-	-	-	147 188,98
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	7 447,25	-	-	-	-	7 447,25
<b>Total</b>	<b>2 311 300,99</b>	<b>17 546,77</b>	-	-	-	<b>2 328 847,76</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	689 165,32	76 914,49	-	-	-	766 079,81
Equipamento básico	438 773,36	18 560,83	-	-	-	457 334,19
Equipamento de transporte	59 376,95	7 261,75	-	-	-	66 638,70
Equipamento administrativo	19 719,38	191,07	-	-	-	19 910,45
Equipamento biológico	445,01	-	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	123 188,12	5 368,85	-	-	-	128 556,97
<b>Total</b>	<b>1 330 668,14</b>	<b>108 296,99</b>	-	-	-	<b>1 438 965,13</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"</b>	<b>980 632,85</b>	<b>(90 750,22)</b>	-	-	-	<b>889 882,63</b>

## 5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição ou custo corrente, o mais baixo dos dois. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Inventário em 31-Dez-2018	Compras	Inventário em 31-Dez-2019
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 023,00	105 394,01	575,23	108 356,37	838,41
Produtos Acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
<b>Total</b>	<b>2 023,00</b>	<b>105 394,01</b>	<b>575,23</b>	<b>108 356,37</b>	<b>838,41</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			106 841,78		108 093,19
Variações nos inventários da produção			-		-

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se detalham como se segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Valor 2018	Valor 2018
Géneros Alimentares	96.335,83 €	94.249,53 €
Material de Penso, Consumo e Fraldas	10.505,95 €	13.843,66 €
<b>TOTAL</b>	<b>106.841,78 €</b>	<b>108.093,19 €</b>

## 6. Rendimentos e Gastos

### 6.1. Rendimentos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	21 733,60	19 525,75
Prestação de Serviços	410 150,42	410 197,31
Quotas dos utilizadores	410 050,42	409 373,81
Quotas e Jóias	100,00	823,50
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços Secundários	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Outros rendimentos	-	-
<b>Total</b>	<b>431 884,02</b>	<b>429 723,06</b>

A rubrica de "Prestações de Serviços" é constituída basicamente pelas mensalidades pagas pelos utentes.

Já quanto às "Vendas", representam as transações comerciais relacionadas com o fornecimento de refeições a entidades escolares que tendo em conta as novas exigências fiscais em IVA e regras de emissão de faturação, considerou-se ser esta a classificação mais adequada.

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	531,00	1 239,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	496,86	433,18
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conj.	-	-
Rendimentos e ganhos nos rest. activos financ.	-	-
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	34 836,40	37 016,01
Imputação Subsid. Investimento	14 087,13	14 087,13
Reembolsos	16 040,87	11 939,75
Donativos ("não específicos")	2 986,54	8 958,28
<b>Total</b>	<b>35 864,26</b>	<b>38 688,19</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Verifica-se a manutenção aproximada de todos os valores em todas as rubricas, com exceção do reconhecimento / imputação do donativo do benfeitor "Joaquim Nevado Gomes" cujo período de reconhecimento já terminou no passado exercício de 2018.

## 6.2. Gastos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	30 729,85	30 843,57
Materiais	4 549,68	8 481,81
Energia e fluidos	66 846,27	80 492,92
Deslocações, estadas e transportes	345,15	477,88
Serviços diversos (*)	29 679,91	29 759,04
Limpeza, Higiene e Conforto	25 535,72	24 669,10
Comunicação	2 181,41	2 739,91
Seguros	1 291,38	1 219,54
<b>Total</b>	<b>132 150,86</b>	<b>150 055,22</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	1,00	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,23	0,05
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. conj.	-	-
Gastos e perdas nos rest. activos financ.	-	-
Gastos e perdas em invest. não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas, dos quais:	774,76	899,05
Correcções anos anteriores	130,38	340,57
Quotizações	480,00	480,00
Outros não especificados	163,99	78,48
<b>Total</b>	<b>776,99</b>	<b>899,10</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios do governo e de outras entidades:

Subsídios do Governo	2018		2019		
	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer	Adições/Contratualização	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer
<b>Subsídios do Governo - Exploração</b>					
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	272 983,43	-	-	286 406,30	-
Subs. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (ATL)	-	-	-	276 706,30	-
				9 700,00	-
<b>Subsídios do Governo - Investimentos</b>					
Subs. PRODER (Obras de requalificação)	14 087,13	106 681,85	169 659,07	14 087,13	262 253,79
Subs. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova 2016	5 733,86	91 741,66	-	5 733,86	86 007,80
Subs. CENTRO-05-45482-FEDER-000180	8 353,27	14 940,19	-	8 353,27	6 586,92
			169 659,07	-	169 659,07
<b>Subsídios do Governo - Não Depreciáveis</b>					
	-	-	-	-	-
<b>Total Subsídios do Governo</b>	<b>287 070,56</b>	<b>106 681,85</b>	<b>169 659,07</b>	<b>300 493,43</b>	<b>262 253,79</b>

Subsídios de Outras Entidades e Doações	2018		2019		
	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer	Adições/Contratualização	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer
<b>Subsídios de Outras Entidades - Exploração</b>					
	-	-	-	-	-
<b>Subsídios de Outras Entidades - Investimentos</b>					
Doação "JNG"	6 845,17	-	-	-	-
	6 845,17	-	-	-	-
<b>Outros Recebimentos (Doações, etc.)</b>					
Subsídios de outras entidades	-	-	-	1 226,92	-
<b>Total Subsídios de Outras Entidades e Doações</b>	<b>6 845,17</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 226,92</b>	<b>-</b>

A semelhança dos anos anteriores, foram reconhecidas em resultados, várias imputações dos respetivos subsídios ao investimento de acordo com os períodos de vida útil estimados dos bens ativos fixos que lhe estão subjacentes.

Neste exercício verificou-se o reconhecimento de mais um subsídio ao investimento, em resultado da candidatura denominada como "Alteração interior, remodelação e adaptação do ERPI da SCMM - 2ª Ala" efetuada ao concurso "CENTRO-05-4842-FEDER-000180" (POISE - Requalificação de infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde).

Quanto aos subsídios à exploração, os mesmos foram reconhecidos em resultados em função do reconhecimento dos gastos a que se destinam compensar.

## 8. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;

*Atleco*  
*[Handwritten signatures]*

- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>14 831,78</b>	<b>5 410,75</b>
Clientes	6 930,97	1 160,73
Utentes	7 900,81	4 250,02
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Cientes e Utentes factoring</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>11 300,83</b>	<b>11 300,83</b>
Clientes	-	-
Utentes	11 300,83	11 300,83
<b>Perdas de Imparidade Acumuladas</b>	<b>11 169,59</b>	<b>11 169,59</b>
Clientes	-	-
Utentes	11 169,59	11 169,59
<b>Total</b>	<b>14 963,02</b>	<b>5 541,99</b>

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Igualmente nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

**Perdas por Imparidade do período**

Descrição	2019	2018
Clientes	-	-
Utentes	-	(806,74)
<b>Total</b>	-	<b>(806,74)</b>

Quanto à rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal		
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 703,67	572,46
Subsídios ao Investimento a Receber	169 659,07	-
Outros Devedores (inclui Cauções)	9 799,61	2 137,75
Adiantamentos a fornecedores	818,66	401,18
Perdas por Imparidade		
<b>Total</b>	<b>191 981,01</b>	<b>3 111,39</b>

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	-	433,61
Depósitos à ordem	265 235,53	195 419,04
Depósitos a prazo	350 000,00	350 000,00
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>615 235,53</b>	<b>545 852,65</b>

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	9 818,98	14 658,81
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em receç. e conf.	-	-
<b>Total</b>	<b>9 818,98</b>	<b>14 658,81</b>

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	61 886,03	-	56 026,40
Cauções de Outras Entidades	-	-	-	-
Adiantamentos de Clientes/Utentes	-	1 120,18	-	-
Outros Profissionais	-	-	-	1 500,06
Outros credores	-	544,46	-	1 120,18
<b>Total</b>	-	<b>63 550,67</b>	-	<b>58 646,64</b>

## 9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2019 e 2018, foi respetivamente, de 17 membros (entre efetivos e suplentes).

Na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, quanto aos seus membros efetivos, é a seguinte:

**Mesa da Assembleia Geral**

- Luís António Mendonça Castiço – Presidente
- Jorge Daniel Pires da Costa – 1.º Secretário
- José Joaquim França – 2.º Secretário

**Mesa Administrativa**

- António Luís Andrade Pereira – Provedor
- Maria Alice Monteiro Sanano Castiço – Vice-Provedora
- Luís Filipe Pedroso Rodrigues – Secretário
- Paulo Manuel Santos Correia – Tesoureiro
- Carlos Manuel dos Santos – Vogal

**Conselho Fiscal**

- Manuel Martins Ramos – Presidente
- José Manuel Boino – 1.º Secretário
- António de Oliveira Monteiro – 2.º Secretário

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Evolução do Número de Pessoas ao Serviço	Média 2017	Média 2019	Dezembro 2019
Colaboradores - Conta Outrem	29	31	32
Colaboradores - Independentes	2	2	2
<b>Total de Colaboradores</b>	<b>31</b>	<b>33</b>	<b>34</b>

Importa referir que nestas contagens estão considerados todos os colaboradores, independentemente do vínculo laboral existente, mesmo no caso dos programas e candidaturas com enquadramento no I.E.F.P.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	306 131,81	291 005,33
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	954,54	416,34
Encargos sobre as Remunerações	68 469,20	63 995,49
Seguros de Acidentes no Trabalho	3 734,59	2 764,71
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	1 496,27	4 612,78
<b>Total</b>	<b>380 786,41</b>	<b>362 794,65</b>

**10. Acontecimentos após data de Balanço**

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por COVID-19, a Mesa Administrativa elaborou um plano de contingência que inclui medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2020.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual, a Mesa Administrativa, informa que não existem indicadores de que as atividades desta entidade venham a ser afetadas, pelo que entendem que não está em causa a continuidade da instituição.

Dada a incerteza, a Mesa Administrativa não está em condições de fornecer informação económica e financeira sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da instituição.

## 11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das rubricas das demonstrações financeiras, são ainda divulgadas as seguintes informações.

### 11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
<b>Investimentos em associadas</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
<b>Investimentos noutras empresas</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>2 408,05</b>	<b>1 612,44</b>
Títulos e Outros		
Fundos	2 408,05	1 612,44
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>		
<b>Total</b>	<b>2 408,05</b>	<b>1 612,44</b>

O valor indicado refere-se apenas a fundos de capitalização de constituição legal e obrigatória, nomeadamente o FCT – Fundo de Compensação do Trabalho e o FRSS – Fundo de Reestruturação do Setor Solidário. A variação deve-se unicamente ao contínuo reforço mensal do FCT, em função dos vencimentos processados.

### 11.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	1 831,90	1 862,44
Fornec. e Serviços Externos	4 390,76	1 037,82
<b>Total</b>	<b>6 222,66</b>	<b>2 900,26</b>

**11.3. Fundos Patrimoniais**

Em 2019, nesta rubrica, verificaram-se as habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior e do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento e das doações cujos ativos se encontram em utilização / depreciação. Ocorreu ainda o reconhecimento de mais um subsídio ao investimento, em resultado da candidatura denominada como "Alteração interior, remodelação e adaptação do ERPI da SCMM - 2ª Ala" efetuada ao concurso "CENTRO-05-4842-FEDER-000180" (POISE – Requalificação de infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde).

Assim, nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	852 308,89	-	-	852 308,89
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	544 836,64	11 620,11	-	556 456,75
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	106 681,85	169 659,07	14 087,13	262 253,79
<b>Total</b>	<b>1 503 827,38</b>	<b>181 279,18</b>	<b>14 087,13</b>	<b>1 671 019,43</b>

**11.4. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" é justificada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 868,80	3 075,34
Segurança Social	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>2 868,80</b>	<b>3 075,34</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	309,12	916,44
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 157,00	1 457,74
Segurança Social	7 690,80	7 199,36
Outros Impostos e Taxas	70,50	59,79
<b>Total</b>	<b>9 227,42</b>	<b>9 633,33</b>

**11.5. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
<b>Total</b>	-	-
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	590,67	592,47
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>590,67</b>	<b>592,47</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>590,67</b>	<b>592,47</b>

## 12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

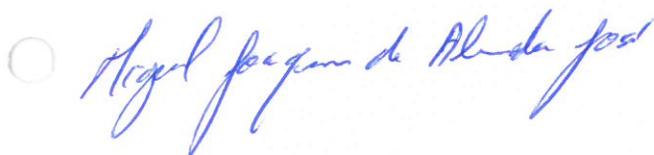
A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade não se encontra obrigada a Certificação Legal de Contas, pelo que não dispõe dos serviços nem custeia quaisquer honorários devidos por esta atividade.

Monsanto, 9 de junho de 2020

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

